



CORRENTES RELIGIOSAS DIANTE DA DESCOLONIZAÇÃO

23 - 24 FEV 2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | LISBOA
PRESENCIAL (SALA DE EXPOSIÇÕES | ED. BIBLIOTECA, 2º PISO) E ONLINE

APRESENTAÇÃO

Estas Jornadas de Estudo sobre **Correntes religiosas diante da descolonização** realizam-se na contextualização do cinquentenário do “caso da Capela do Rato” enquanto acontecimento marcante pela reação à guerra colonial. A situação de guerra e a progressiva contestação foram fatores marcantes e conducentes ao 25 de Abril e instauradores de um tempo de rutura na sociedade portuguesa.

Iniciada em 30 de dezembro de 1972, a vigília da Capela do Rato teve como pano de fundo a guerra que a ditadura portuguesa mantinha desde 1961 nas suas colónias em África contra diferentes fações independentistas. Os efeitos dos movimentos descolonizadores nos impérios europeus e da segunda vaga democratizadora começaram a afetar o regime de Salazar nas suas possessões asiáticas ainda na década de 1950. Em Angola, primeiro, e pouco depois na Guiné e em Moçambique, as posições do Estado Novo associaram, nos anos 1960, as evoluções da guerra colonial e a situação interna do próprio regime político.

Este acontecimento, em si e nas suas implicações, acentuou o distanciamento entre setores do catolicismo e o regime político português, nomeadamente em torno da questão colonial. Este afastamento foi progressivo e multifacetado, convergindo nele distintas motivações, sendo que as Igrejas cristãs, nomeadamente a católica romana, lidava desde os anos 1950 com os processos de descolonização que já decorriam, com particular incidência nas sociedades africanas.

O objetivo desta iniciativa científica consiste em promover o debate historiográfico sobre os posicionamentos de organizações e membros de grupos religiosos em face da descolonização na sequência do final da II Guerra Mundial. A colonização e a descolonização não são processos só aparentemente de um determinado passado, mais ou menos remoto. Um cinquentenário, sendo já muito tempo, não pode deixar de remeter para considerar as raízes e as implicações que a problemática sobre colonialismo versus descolonização coloca à reflexão historiográfica.

Os fatores que marcaram as descolonizações impuseram significativas implicações no papel das Igrejas nas sociedades pós-coloniais e no modo, como as igrejas pós-coloniais – fruto da complexa missão contemporânea – se tornariam por ricochete em agentes de missão nas sociedades ocidentais. Essas consequências favoreceram o surgimento de novas comunidades para os debates teológicos nas antigas sociedades de origem dos missionários e, de modo mais alargado, o desenvolvimento de formas de cristanismos. No caso específico do catolicismo emerge uma percepção mais ampla que procura, ainda que com diversas formas de resistência e mesmo contestação, incorporar a diversidade religiosa dessas igrejas e comunidades mais recentes.

Certamente que, nesta oportunidade, se procura uma reflexão aprofundada, com sustentação historiográfica, sobre o posicionamento e papel da Igreja Ca-

tólica, das outras igrejas cristãs e de outras correntes religiosas perante o colonialismo português e a guerra colonial, sem se escamotear as implicações hermenêuticas dos testemunhos e da documentação quando se utiliza expressões, próprias da época, como «guerra colonial», «guerra do ultramar», «guerra de independência». O estudo da descolonização implica considerar a diversidade de posições, os diferentes atores, as razões dos antagonismos que sustentaram os distintos afrontamentos.

Estes processos considerados na sua dimensão política foram também religiosos, pelo papel desempenhado pelas Igrejas e pelos crentes. Foram momentos de redefinição e de relativização da «ação missionária» em geral e, nomeadamente, portuguesa. Estes percursos foram também delimitados pela política missionária da Santa Sé, pelo menos desde o final dos anos 1950 (encíclica *Fidei donum* 1957), a valorização dada ao protagonismo crescente do pessoal eclesial autóctone, amparados pelo impacto do Vaticano II (decreto *Ad gentes*) e, nomeadamente, pela visita de Paulo VI ao Uganda (1969).

Muitos destes acontecimentos implicaram e proporcionaram a perceção de novas fronteiras do religioso, entre o cristianismo e o Islão, como também de concorrência de distintas confissões cristãs. Esta complexidade foi acompanhada pela formação nas missões de muitos dos líderes independentistas, pela participação ativa de líderes religiosos nos movimentos de libertação, pelo posicionamento das diferentes organizações religiosas em defesa de distintas legitimidades no afrontamento colonialismo versus descolonização, sem esquecer a instrumentalização política das igrejas nas descolonizações.

Na análise crítica desse tempo, dessas situações e acontecimentos, comporta considerar a multiplicidade de ângulos de estudo. No caso específico português, os processos de colonização e descolonização, foram também problematizados e debatidos através de confrontos sobre a «essência da portugalidade», cujo questionamento e reformulação de imaginários da «tradição nacional» provocaram o surgimento de novos paradigmas de um existir coletivo enquanto comunidade sociopolítica.

ORGANIZAÇÃO

Projeto de investigação “25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições” (UCP-CEHR).

EQUIPA DE COORDENAÇÃO: António Matos Ferreira, Rita Mendonça Leite; Nuno Estêvão Ferreira; Hugo Gonçalves Dóres; Luís Leal; Pedro Feliciano; João Francisco Pereira

Manhã

• **09h30** ABERTURA

/10h00

Rita Mendonça Leite

(Projeto 25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições)

Paulo F. de Oliveira Fontes

(Diretor do Centro de Estudos de História Religiosa)

Maria Inácia Rezola

(Comissária da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril)

Peter Hanenberg

(Vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa)

• **10h00** 1ª CONFERÊNCIA

/11h00

Colonização e descolonização nos anos 50 e 60 do século XX: uma história comparada do caso português

Bruno Cardoso Reis (CEI-ISCTE)

• **11h00** 1º PAINEL | OPOSIÇÕES E REALIDADES

/13h00

INTERNACIONAIS

A Organização das Nações Unidas e a descolonização portuguesa

Aurora Almada e Santos (IHC-NOVA FCSH)

Dinâmicas internacionais e transnacionais no colonialismo tardio e na descolonização portuguesa

José Pedro Monteiro (CECS-UM)

A internacionalização do colonialismo português, as oposições e a relevância do anticolonialismo em Itália

Edgar Silva (UCP-CEHR)

Moderação Pedro Silva Rei (IHC-NOVA FCSH; UCP-CEHR)

Tarde

- **15h00** **2º PAINEL** | MULHERES NA GUERRA E NA
/17h00 RESISTÊNCIA

A simbologia feminina na ação do resistir

Marianela Valverde (HTC-NOVA FCSH)

“Este nó que trago no peito”

Joana Pontes (CEI-ISCTE)

Timor-Leste: as mulheres religiosas na resistência

Maria José Garrido (Jornalista)

Moderação Marília dos Santos Lopes (UCP-CECC)

- **17h00** **2ª CONFERÊNCIA**
/18h00 *A descolonização percebida a partir do feminino nos
anos 50 e 60 do século XX: a realidade portuguesa e
as congregações femininas enquanto instância de
análise*

António Matos Ferreira (UCP-CEHR) e Maria Isabel Santos (UCP-CEHR)

Manhã

• 10h00 **3ª CONFERÊNCIA**

/11h00 *As Igrejas da Europa de Leste face à descolonização*
Madalena Meyer Resende (IPRI-NOVA)

• 11h00 **3º PAINEL | CORRENTES CRISTÃS E**

/13h00 **DESCOLONIZAÇÃO**

Movimentos estudantis protestantes num período de grandes transformações sociais e eclesiais (1961-1974)

Timóteo Cavaco (UCP-CEHR; SPHP)

A dinâmica das Sociedades Bíblicas em face do processo de descolonização

Rita Mendonça Leite (UCP-CEHR; CH-UL)

Clero do Porto e capelania militar: da crítica à deserção

José Maria Pacheco Gonçalves (Diocese do Porto)

Impacto do anticolonialismo no meio eclesial: o 'GRAI - Grupo Reflexão/Ação/Intervenção' (diocese do Porto)

Lúis Leal (UCP-CEHR)

Reflexos da alfabetização e da colonização na teologia da libertação

André Cabrita (FT-UCP)

Moderação Rita Almeida de Carvalho (ICS-UL)

Tarde

- **15h00 /17h00** **4º PAINEL | CORRENTES E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS**

As expectativas e os limites de um aggiornamento: a Congregação do Espírito Santo entre colonialismo e descolonização em Angola

Hugo Gonçalves Dores (CHSC-UC)

A Igreja Católica e a descolonização em Moçambique: paradigmas missionários e processos políticos

João Miguel Almeida (IHC-NOVA FCSH; UCP-CEHR)

As comunidades muçulmanas entre o final do Estado Novo e o pós-25 de Abril de 1974: a Guiné-Bissau e Moçambique

Carimo Mohamed (UCP-CEHR)

A problemática da nomeação de bispos autóctones em contexto do colonialismo português

João Francisco Pereira (HTC-NOVA FCSH; UCP-CEHR)

A formação de uma opinião pública católica em Portugal e os pontificados da década de 1960: lideranças locais, independência política e cooperação internacional

Nuno Estêvão Ferreira (UCP-CEHR)

Moderação Fátima Moura Ferreira (ICS-UM)

-
- **17h00 /18h00** **4ª CONFERÊNCIA (CONCLUSÕES E DEBATE FINAL)**
Descolonizações e consciências cívicas e religiosas no tempo contemporâneo
António Matos Ferreira (UCP-CEHR)

INSTITUIÇÕES DOS INTERVENIENTES

CECS-UM - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

CEI-ISCTE - Centro de Estudos Internacionais, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Iscte) - Instituto Universitário de Lisboa

CH-UL - Centro de História, Universidade de Lisboa

CHSC-UC - Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra

HTC-NOVA FCSH - História Territórios e Comunidades, Universidade Nova de Lisboa

ICS-UL - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

ICS-UM - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

IHC-NOVA FCSH - Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa

IPRI-NOVA - Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa

SPHP - Sociedade Portuguesa de História do Protestantismo

UCP-CECC - Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa

UCP-CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa

RESUMOS E NOTAS BIOGRÁFICAS

COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO NOS ANOS 50 E 60 DO SÉCULO XX: UMA HISTÓRIA COMPARADA DO CASO PORTUGUÊS

BRUNO CARDOSO REIS (CEI-ISCTE)

O fim do colonialismo europeu marcou o fim de um tipo de instituição – o império – que dominou a política global durante milénios. Nesta intervenção iremos procurar olhar para uma questão e um debate recorrentes na nossa historiografia: até que ponto Portugal tem um caminho totalmente distinto das demais potências coloniais europeias? Há uma espécie de Sonderweg colonial à portuguesa?

Para concretizar a resposta iremos focar-nos essencialmente em dois aspectos concretos – a posição da diplomacia portuguesa, em particular no quadro da ONU onde a pressão para descolonizar era crescente, e em particular o seu envolvimento em encontros anuais quadrilaterais entre as principais potências coloniais na década de 1950. Estas consultas regulares entre altos funcionários coloniais e altos diplomatas da Bélgica, Grã-Bretanha, França e de Portugal, para coordenar a sua posição no seio da ONU ajudam-nos a responder até que ponto o nosso país se distinguia dos demais, de que forma e a partir de quando na sua defesa do colonialismo tardio.

Em segundo lugar iremos olhar para as guerras coloniais tardias, ou seja, para as guerras da independência ou descolonização levadas a cabo essencialmente por quatro potências coloniais – Portugal, mas também outros, em particular a França e a Grã-Bretanha, no período entre 1945-1975. A nossa principal conclusão é que Portugal é um caso distinto, com especificidades na cronologia e na postura, mas, ainda assim, claramente parte de um padrão mais geral de resistência à descolonização, em particular em África, por parte de várias potências europeias. A natureza autoritária e ultranacionalista do regime salazarista sendo um fator relevante não é o único a explicar esta postura portuguesa de rejeição da descolonização, e, sobretudo, ela não resultou de se ignorar a mudança em curso ou a pressão internacional crescente para independências rápidas. Portugal acabou por se transformar num pária, no sentido de ser

um relativo marginal face à nova norma anticolonial na política global, mas continuou a contar com alguns apoios externos importantes ainda que cada vez mais contrariados.

Bruno Cardoso Reis é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Lisboa (1995), é mestre em História Contemporânea pela Faculdade Letras da Universidade de Lisboa (1999), e em Historical Studies pela Universidade de Cambridge (2003) e é doutor em War Studies pelo King's College de Londres (2008). É Professor Auxiliar no Iscte-IUL onde coordena o Doutoramento em História, Defesa e Estudos de Segurança com a Academia Militar. Tem sido professor convidado na Nova SBE, FCSH-Universidade Nova de Lisboa, e no Instituto de Estudos Políticos da UCP. Foi investigador do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Foi Investigador FCT no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011-2016). Tem colaborado desde 2011 com o Instituto da Defesa Nacional, onde leciona regularmente no Curso de Defesa Nacional. É autor de vários livros e artigos em temas de História, Relações Internacionais e Segurança Internacional em editoras e revistas académicas nacionais e internacionais. Nomeadamente: Bruno C. Reis; Decentering the Cold War in Southern Africa: The Portuguese Policy of Decolonization and Détente in Angola and Mozambique (1974-1984). *Journal of Cold War Studies*, Vol. 21 No.1 (2019): 3-51.

A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

AURORA ALMADA E SANTOS (IHC - NOVA FCSH)

RESUMO

A internacionalização das reivindicações das colónias portuguesas à independência, que Portugal tentou a todo o custo evitar, encontrou nas organizações internacionais um dos seus palcos principais. Embora em determinados momentos tivesse assumido uma posição ambivalente, a Organização das Nações Unidas desenvolveu esforços para que Portugal implementasse a ideia de autodeterminação nas suas colónias. Tendo em atenção as pressões da organização, na nossa apresentação será analisada como as Nações Unidas condicionaram após o 25 de Abril de 1975 as soluções implementadas por Portugal, favorecendo a realização de negociações diretas, sem recurso a referendos, e legitimando os interlocutores com os quais o governo português dialogou.

Aurora Almada e Santos é investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde se tem dedicado ao estudo da dimensão internacional da descolonização portuguesa. É autora de diversas publicações, designadamente capítulos de livros e artigos em revistas científicas. Tem participado, com a apresentação de comunicações, em encontros científicos nacionais e internacionais.

DINÂMICAS INTERNACIONAIS E TRANSNACIONAIS NO COLONIALISMO TARDIO E NA DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

JOSÉ PEDRO MONTEIRO (CECS - UM)

RESUMO

As últimas décadas têm sido férteis em esforços para escrever a história da desintegração dos impérios coloniais europeus integrando dinâmicas que ocorreram para lá, ou cruzando, as fronteiras dos Estados-impérios e dos respetivos componentes coloniais. Particular destaque tem sido dado ao papel de organizações internacionais mais estritamente políticas, como a Sociedade das Nações ou, depois, a Organização das Nações Unidas, mas também ao vasto leque de organizações especializadas que marcaram a história do século XX ou às redes e circuitos mais informais, comportando solidariedades de natureza vária. Também no que diz respeito ao império português na sua fase tardia, novas respostas têm sido procuradas que visam integrar estas mesmas dinâmicas internacionais e transnacionais. Nesta apresentação, a partir do problema do trabalho forçado colonial, procurar-se-á demonstrar como estas operações analíticas podem ser proveitosas para compreender o colonialismo português e a sua trajetória de desintegração. Procurar-se-á não apenas identificar momentos diversos em que acusações e denúncias internacionais condicionaram o funcionamento regular do império mas também como o Estado Novo interagiu com intimações internacionais (pedidos de esclarecimento, provisão de informação estatística e legal) e incorporou normas e linguagens internacionais tendo por objetivo resistir à descolonização global.

José Pedro Monteiro é investigador auxiliar no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Doutorou-se em História, em 2017, pelo Instituto de Ciências Sociais. Ao longo dos anos tem vindo a trabalhar, e publicar regularmente, em torno da história internacional e transnacional do império português, com particular foco nas questões do trabalho e da cidadania. Em 2022, publicou "The

Internationalisation of the “Native Labour” Question in Portuguese Late Colonialism (1945-1962)” (Palgrave Macmillan). É actualmente investigador responsável do projecto “Humanity Internationalized: Cases, Dynamics, Comparisons (1945-1980)”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS, AS OPOSIÇÕES E A RELEVÂNCIA DO ANTICOLONIALISMO ITALIANO

EDGAR SIVA (UCP-CEHR)

RESUMO

- Contextualização de que, em diferentes países, os movimentos de solidariedade anticolonial desenvolveram diferenciadas culturas políticas e distintas trajetórias na internacionalização do colonialismo português. As oposições ao Estado Novo refletiram aquelas práxis.
- Explicitação dos fatores que fizeram de Itália um dos centros da ação europeia na internacionalização do colonialismo português e da marca distintiva do processo/movimento italiano.
- Destacar as linhas de ação das oposições, sobretudo do PCP e do PS, entre 1961 e 1974, sublinhando os contributos das Conferências de Solidariedade, realizadas entre 1969 e 1973, assim como as tensões em causa, interesses e projetos em confronto.

Edgar Silva, investigador no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR), trabalha o tema dos “católicos da revolução”, tendo como problema central a trajetória do catolicismo social ao compromisso político. O título de tese de doutoramento é “«Vendaval de utopias»: do catolicismo social ao compromisso político em Portugal (1965 - 1976). Os católicos da revolução e o PCP”. Em articulação com a sua problemática central de estudo desenvolve investigação sobre os movimentos sociais durante o Estado Novo.

A SIMBOLOGIA FEMININA NA AÇÃO DO RESISTIR

MARIANELA VALVERDE (HTC - NOVA FCSH)

RESUMO

Ao abordar a resistência à ditadura do Estado Novo, impera que se coloque na sua centralidade a compreensão da importância decisiva da luta das

mulheres enquanto prisioneiras, clandestinas ou exiladas. Todavia e por não ser de menos importância, é fundamental a compreensão do papel das mulheres e/ou mães dos opositores políticos vítimas do regime fascista, que apesar de um lugar de retaguarda, grande parte restritas ao mundo privado e confrontadas com a desestruturação familiar, social e emocional, assumiram uma forma peculiar de resistência e luta.

Marianela Valverde é licenciada em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Lusófona de Lisboa; Pós-Graduada na Universidade Europeia de Lisboa, em Imagem, Protocolo e Organização de Eventos. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora integrada no núcleo HTC-História Territórios Comunidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda em História na vertente de História Contemporânea, centra a sua investigação nos processos de resistência dos familiares dos opositores à ditadura do Estado Novo. Como áreas de investigação e interesse destaca a história da resistência aos regimes fascistas e os processos históricos em torno do tema dos Expostos no concelho de Almada (1805-1865).

ESTE NÓ QUE TRAGO NO PEITO

JOANA PONTES (CEI - ISCTE)

RESUMO

Este nó que trago no peito por não te poder ver não me quer deixar. É este o início de uma carta escrita em 1966 por uma rapariga para o seu namorado, um jovem soldado paraquedista a cumprir serviço militar em Angola.

Como esta, milhões de cartas circularam durante os 13 anos de guerra, cruzando toda a sociedade, independentemente da classe social, do género e da idade, tornando-se numa das mais democráticas fontes para a história deste período.

São as mulheres quem mais escreve aos militares. E são também elas as destinatárias do maior volume da correspondência. Em primeiro lugar encontramos as mães, depois as esposas e noivas e, de seguida, as namoradas, sem esquecer as madrinhas de guerra.

De que falam as cartas? Algumas reflexões sobre a importância destas redes de escrita que se estabelecem durante a mobilização poderão tornar mais ampla a janela a partir da qual olhamos para este acontecimento maior da história contemporânea portuguesa.

Joana Pontes é licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa, fez estudos em Cinema na Escola Superior de Teatro e Cinema e concluiu o Programa Avançado em Jornalismo Político na Universidade Católica de Lisboa. Doutorou-se em História na especialidade de Impérios, Colonialismo e Pós-Colonialismo, pelo ISCTE-IUL. A dissertação, *Sinais de Vida, Cartas da Guerra 1961-1974*, está editada pela Tinta da China. Obteve o *Prémio Fundação Calouste Gulbenkian para a História Moderna e Contemporânea*, da Academia Portuguesa da História. Dedicar-se à escrita e realização de documentários.

TIMOR-LESTE: AS MULHERES RELIGIOSAS NA AÇÃO DO RESISTIR

MARIA JOSÉ GARRIDO (Jornalista)

RESUMO

Em 1974, quando em Portugal se dá a Revolução dos Cravos, em Timor-Leste não havia oposição organizada nem sequer partidos políticos defensores da independência. A colonização timorense foi sobretudo religiosa já que foram os religiosos os primeiros a fixarem-se na ilha e a educar a população. A ligação dos timorenses aos religiosos católicos foi, assim, muito importante desde cedo, mesmo numa população muito pouco catolizada até aos anos 70. É neste contexto que os religiosos, ainda que com uma visão muito conservadora, irão influenciar a resistência após a invasão indonésia de Timor-Leste. Entre eles estarão leigas e religiosas, mulheres que irão ajudar a resistência usando a Igreja nessa colaboração.

Maria José Garrido é jornalista fundadora da TVI. É licenciada em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa e tem o curso de Documentário da *The George Washington University*. Mestre em História e Cultura das Religiões pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com tese sobre "As lideranças Religiosas no processo de independência de Timor-Leste". Participou no curso sobre questões europeias da *Fondation Journalistes en Europe* com jornalistas oriundos de 27 países de todo o mundo. Frequentou ainda seminários sobre Defesa, Maçonaria e o Mundo Islâmico no Instituto de Defesa Nacional e na Universidade de Lisboa.

A DESCOLONIZAÇÃO PERCEBIDA A PARTIR DO FEMININO NOS ANOS 50 E 60 DO SÉCULO XX: A REALIDADE PORTUGUESA E AS CONGREGAÇÕES FEMININAS ENQUANTO INSTÂNCIA DE ANÁLISE

ANTÓNIO MATOS FERREIRA (UCP-CEHR)

MARIA ISABEL SANTOS (UCP-CEHR)

RESUMO

Houve nas décadas 50 e 60 um incremento da presença das congregações femininas nas colónias portuguesas, mas também de outras formas, considerado à época, de «trabalho feminino»: professorado primário, enfermagem e assistência social.

Todavia se «a educação das mulheres e das meninas», a formação no trabalho associado à maternidade, o aprender de procedimentos domésticos e a instrução de modos para cuidar do homem (o marido e os filhos – ser mãe) constituíam a justificação dessa presença dessas congregações femininas. Estes institutos foram marcantes de uma determinada metodologia missionária, fazendo emergir um distanciamento progressivo da mulher das matrizes tradicionais, de mutação dessas populações ultramarinas, acompanhado por uma educação religiosa que pretendia introduzir «novos valores».

Não só as instituições femininas religiosas foram marcadas pela perspetiva de uma ação associada à «portugalização» das populações africanas autóctones, outras formas de organização socioprofissional feminina se desenvolveram em contexto colonial. Existindo iniciativas também das «mulheres brancas» nesses territórios, contudo, correntemente, a modalidade relacional situava-se nas conexos patroa-criada. As missões estabeleceram outros horizontes, com níveis de diferenciação, não só saber como cozinhar ou costurar, mas atividades de puericultura, de enfermagem, de escolarização. Estas facetas, mesmo com todas ambiguidades e sofrimentos do colonialismo, forneceram instrumentos de modelação e de mutação da condição feminina africana, mesmo se persistindo a dependência e a subordinação ao homem (marido, filhos, patrão ou padre). Não foram irrelevantes a formação em professorado, em enfermagem e em assistência sociais que também se implementavam nessa época e que acrescentaram novos horizontes à vida consagrada. Similar a este percurso, ainda que com características específicas, importa sublinhar o papel desempenhado pelas esposas dos pastores de outras

confissões cristãs. Estas presenças e este processo suscitaram também novas sensibilidades em relação ao trabalho da mulher e permitiram estabelecer outras formas de protagonismo».

António Matos Ferreira nasceu em Lisboa em 1952. Diplôme d'Études Approfondies (D.E.A.) em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Sorbonne-Paris IV (Paris) e doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR). Foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e leciona na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. É autor de diversos artigos e comunicações científicas na área da História Religiosa e do Cristianismo moderno e contemporâneo, com destaque para as problemáticas do movimento católico, da secularização e da laicidade. Tem colaborado em várias obras coletivas, como: *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*. (Coord. de J. M. Mayeur; Ch. E. L. Pietri; A. Vauchez; M. Venard. Paris: Desclée, 1990-1995); *História de Portugal: dos tempos pré históricos aos nossos dias*. (Dir. João Medina. Amadora: Ediclube, 1993); *História da Expansão Portuguesa*. (Coord. de Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998-1999); *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento. (Coord. de António Barreto; Maria Filomena Mónica (Porto: Editorial Figueirinhas, 1999-2000); *Dicionário da História de Portugal e História Religiosa de Portugal*. (Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002); coordenou a obra *Religião, Sociedade, Estado: 100 anos de Separação*, publicada em dois volumes em 2021 e disponível em acesso aberto. É coordenador do projeto de investigação "25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições", em curso no UCP-CEHR.

Maria Isabel Santos é doutorada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (2022), com uma tese intitulada "Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946): História e Memória". Naquela Faculdade obteve, igualmente, o Mestrado (2009) e a Licenciatura (2005) em Serviço Social. É investigadora no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR) desde 2008, onde é atualmente responsável pelo projeto de organização e descrição do fundo documental Maria Leonor Corrêa Botelho (1915-96), e membro da equipa editorial da "Enciclopédia de História Religiosa em Portugal" (online). Foi docente na Licenciatura em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, entre 2006 e 2016, e da Universidade da Madeira, no ano letivo 2007/08. É autora de "O Discurso Histórico sobre o Serviço Social em Portugal" (UCE, 2009), e coautora de "Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal" (ACIDI, 2013). Pertenceu ao Conselho Consultivo do "Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico", na Região Autónoma da Madeira (2009-15), onde também exerceu funções de assistente social / diretora de sustentabilidade e responsabilidade social, no Grupo Sousa (2016-19). Tem participado em conferências, em Portugal e no estrangeiro, com preleções sobre os seus principais temas de investigação: história, identidade e construção do campo profissional do serviço social; e história da pobreza e da assistência. É membro do Groupe de Recherche sur l'Histoire du Service Social (GREHSS), com sede em Paris, e da European Social Work Research Association (ESWRA), onde integra o grupo "Social Work, History and Research". Membro da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS).

AS IGREJAS DA EUROPA DE LESTE FACE À DESCOLONIZAÇÃO

MADALENA MEYER RESENDE (IPRI-UNL)

RESUMO

O final da década de 1960 foi marcada pela emergência de uma clivagem nos episcopados Europeus, entre os que favoreciam a agenda anti-colonial de Paulo VI e os que priorizavam a luta contra o comunismo. Tanto as dinâmicas políticas do pós-Concílio Vaticano II, como a *Ostpolitik* de Paulo VI – que visava melhorar as relações entre o Vaticano e os governos comunistas da Europa de Leste – diluíam o compromisso do Vaticano na Guerra Fria. Os episcopados dos países do bloco comunista opunham-se não só à *Ostpolitik*, como à promoção da política anti-colonial do Vaticano em detrimento da luta contra o comunismo, argumentando que a política externa do Vaticano não só enfraquecia a sua luta contra a falta de liberdade religiosa imposta pelos regimes comunistas, como, de forma mais lata, enfraquecia a posição Ocidental anti-comunista. A posição dos episcopados do Leste Europeu face à colonização foi, pois, condicionada pela perceção que a luta anti-colonial esvaziava a agenda anti-comunista. A apresentação foca-se ainda na manifestação desta clivagem durante o Sínodo dos Bispos de 1971 em Roma, marcada pela discussão sobre “A Justiça no Mundo”, e baseia-se nos documentos da Embaixada Portuguesa no Vaticano que relatam o evento.

Madalena Meyer Resende é Professora Auxiliar (com Agregação) na NOVA FCSH e investigadora no IPRI-NOVA desde 2007. Tem o mestrado do Collège d’Europe em Natolin, Varsóvia e é doutorada pela London School of Economics (2005). Foi visiting scholar no CEPS em Bruxelas (2006) e na Universitaet Viadrina, Frankfurt Oder, Alemanha (2012-2016). Dedicar-se a questões na intersecção entre religião, nacionalismo e política, em particular nos países de maioria Católica na Europa (Polónia, Espanha e Portugal). Publicou diversos livros e artigos em editoras nacionais e internacionais. É comentadora do programa semanal Café Europa da Rádio Observador. É presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política.

MOVIMENTOS ESTUDANTIS PROTESTANTES EM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA (1959-1975)

TIMÓTEO CAVACO (UCP-CEHR / SPHP)

RESUMO

Começará por ser apresentado um breve panorama dos movimentos de juventude em contexto protestante que surgiram em Portugal a partir das últimas décadas do século XIX. Será dado destaque às organizações protestantes que foram constituídas com o objetivo de federar estudantes universitários cristãos. O ressurgimento do Movimento Académico Cristão (MAC), em 1959, serve de ponto de partida para uma cronologia, ainda que sumária, de estruturas de encontro e comunhão entre estudantes provenientes de igrejas evangélicas, com origem não só na metrópole mas também nas províncias ultramarinas em África. Este percurso, com epílogo no período revolucionário, procurará igualmente refletir sobre a influência que as transformações políticas, sociais e eclesiais tiveram no desenvolvimento inicial do Grupo Bíblico Universitário (GBU), movimento que persiste até à atualidade.

Timóteo Cavaco é licenciado em Bioquímica (U. Coimbra). Completou uma pós-graduação em Estudos Religiosos (Liberty University, EUA), e ainda a parte curricular do doutoramento em História Contemporânea (NOVA). É investigador colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), do Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH NOVA) e do Centro de Estudos Globais (UAb). Foi um dos fundadores da Sociedade Portuguesa da História do Protestantismo. Publicou um livro, cerca de vinte artigos científicos e capítulos de livros, para além de dezenas de colaborações escritas na imprensa. Atualmente é presidente da Direção da Aliança Evangélica Portuguesa.

A DINÂMICA DAS SOCIEDADES BÍBLICAS EM FACE DO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

RITA MENDONÇA LEITE (UCP-CEHR)

RESUMO

O percurso da Sociedade Bíblica em Portugal e o plano de divulgação bíblica que a mesma protagonizou foram parte integrante e ativa do processo de recomposição religiosa em curso no país ao longo do século

XX. Nesse âmbito, a Sociedade Bíblica constituiu-se também enquanto referencial de fronteira entre aqueles que se apropriaram da sua ação como fator contributivo para um processo de protestantização no país e o terreno católico que repetidamente perspetivou aquelas dinâmicas como fonte de desnacionalização, particularmente por via da sua presença em território ultramarino. Esta comunicação procurará escrutinar e definir os contornos específicos que essa discussão tomou nos anos 60 e no contexto dos processos de descolonização.

Rita Mendonça Leite é licenciada em História pela FLUL (2004). Na mesma instituição concluiu, em 2007, o Mestrado em História Contemporânea e, em 2017, o Doutoramento em História, na especialidade de História e Cultura das Religiões, com a tese: *Texto e Autoridade. Diversificação sociocultural e religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)*, recentemente publicada pela INCM. É Investigadora Integrada do UCP-CEHR, colaboradora do CH-ULisboa e membro da *Association Française d'Histoire Religieuse Contemporaine*. Dedicase às temáticas da história do protestantismo, das congregações religiosas e da diferenciação religiosa no Portugal contemporâneo. É atualmente Investigadora e Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Teologia (FT-UCP) e Diretora-adjunta do UCP-CEHR.

CLERO DO PORTO E CAPELANIA MILITAR: DA CRÍTICA À DESERÇÃO JOSÉ MARIA PACHECO GONÇALVES (DIOCESE DO PORTO)

RESUMO

O regresso do exílio, em 1969, do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, suscitou na sua diocese acrescida atenção às questões de Justiça e Paz: criação da respetiva Comissão Diocesana, iniciativas visando o debate sobre aspetos concretos e intervenções públicas do Prelado, com destaque para as Homilias do Dia Mundial da Paz, logo a partir de 1970. Especial clamor suscitou a Homilia de 1 janeiro de 1972, sobre *O ministério sacerdotal e a Paz*, pela referência crítica às “Virtudes ‘militares’ dos Capelães”: foram fortes e por vezes mesmo violentas as reações do Ordinário Castrense e de alguns sectores da opinião pública nacional. Surgiram, a partir de então, no seio do presbitério diocesano do Porto, debates e tomadas de posição sobre o estatuto dos Capelães Militares, enviadas ao Ordinário Castrense e à Conferência Episcopal. Padres do Porto convocados para o Curso de Capelães organizado pelo Ordinariato

exprimiram aí a sua discordância com as orientações ministradas, sendo alguns rejeitados e impedidos de seguir essa missão. Alguns poucos que recusaram participar no Curso foram declarados desertores, sendo chamados, após o 25 de abril, para os serviços sanitários, conforme previa a Concordata com a Santa Sé, para tempos de guerra.

José Maria Pacheco Gonçalves é Mestre em Teologia Espiritual na Universidade Gregoriana (Roma). Presbítero da diocese do Porto. 1969-73: professor, prefeito e diretor espiritual no Seminário de Vilar. 1974-75: Serviço militar (soldado raso; serviços de saúde). 1975-1983: Diretor do Secretariado Diocesano da Educação Cristã. 1979-80: Instituto Lumen Vitae, de Pastoral e Catequética (Bruxelas). Em Roma, até 2014: Rádio Vaticano (Secção Portuguesa).

IMPACTO DO ANTICOLONIALISMO NO MEIO ECLESIAL: O “GRAI - GRUPO REFLEXÃO/ACÇÃO/INTERVENÇÃO” (DIOCESE DO PORTO)

LUÍS LEAL (UCP-CEHR)

RESUMO

Em períodos de particular efervescência política, social, cultural e eclesial como foram as décadas de 60 e 70 do século passado, certos fenómenos revestem-se de particularidades que, não obstante a sua dimensão “micro” (na lógica hermenêutico-historiográfica de Carlo Ginzburg), se revelam como que paradigmáticos para uma análise e compreensão desejavelmente profunda, quer dos seus contextos quer das motivações e atitudes dos seus protagonistas, quer ainda das consequências pelos mesmos assumidas. Assim, e com base em documentação inédita que é agora trazida à luz, tentar-se-á apresentar, sucintamente, este “outro rosto” (no caso presente, de traços originária e preponderantemente presbiterais) da “oposição” e “resistência” católicas à “Guerra Colonial” e à “situação” política e eclesial dos alvores do ano de 1974 no contexto da diocese do Porto.

Luís Leal é licenciado em Teologia (2008) pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa - Porto, e Mestre em Teologia Fundamental (2010) pelo Instituto Teológico Compostelano - Universidade Pontifícia de Salamanca com a tese “A Teologia como ‘memória (anamnesis) narrativa’: a proposta (teológico-fundamental) de J.B. Metz.” (Madrid: Editorial Síndéresis, 2017). Em 2017 concluiu o Doutoramento em História Contemporânea pela Universidade do Porto, com a dissertação intitulada “Padre Américo

Monteiro de Aguiar: Um 'teólogo da ação' no Portugal contemporâneo" (Lisboa: CEHR, 2019). É Membro Integrado e Vogal do Conselho de Direção do Centro de Estudos de História Religiosa, onde colabora na dinamização das suas atividades na região Porto e Norte. É Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa - Porto na área da Teologia Prática.

REFLEXOS DA ALFABETIZAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

ANDRÉ CABRITA (FT-UCP)

RESUMO

A educação - que deve ir além da mera alfabetização - é o coração do trabalho de emancipação de cada ser humano. Assim, e no contexto das presentes Jornadas de Estudo «Correntes religiosas diante da descolonização», propomo-nos refletir sobre a relação entre a Teologia da Libertação e a Educação Popular no processo de descolonização, apresentando a educação como instrumento de conscientização e de libertação. Neste itinerário, seguiremos o pensamento de Paulo Freire e de Amílcar Cabral.

André Cruz Gamboa Cabrita. Natural de Lisboa. Nascido em 20/07/1995. Mestrando em Teologia na Universidade Católica Portuguesa. Tem pesquisado nas áreas de Teologia Política, Teologia Histórica e Ecologia. Voluntário na Paróquia de São Pedro de Barcarena (Oeiras).

AS EXPECTATIVAS E OS LIMITES DE UM AGGIORNAMENTO: A CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO ENTRE COLONIALISMO E DESCOLONIZAÇÃO EM ANGOLA

HUGO GONÇALVES DORES (CHSC - UC)

RESUMO

No final dos anos de 1960, a Congregação do Espírito Santo atravessava um difícil processo de debate interno em torno das conclusões do Concílio Vaticano II, procurando adaptar a sua vocação missionária às novas expectativas conciliares e às consequências da descolonização

européia em África. No seio dos Espiritanos portugueses, influenciadas pelo contexto religioso internacional, diversas vozes ergueram-se contra uma missionação marcada pela portugalidade, profundamente enraizada na consciência católica nacional, numa lógica que tanto favorecia os argumentos imperialistas do regime português, como a da valorização e imprescindibilidade sociais da própria Igreja. A procura por uma renovação da evangelização promovida em Angola, que animava alguns membros da congregação espiritana e que encontrava paralelos noutras geografias imperiais (Moçambique), tinha evidentes consequências políticas e sociais no futuro do território, alarmando sectores políticos e religiosos. Com a guerra e a crescente contestação à continuidade do domínio colonial português como pano de fundo, os debates internos dos Espiritanos demonstram por um lado, o emergente posicionamento de crítica colonial, e por outro, a persistência de um argumentário de defesa histórica da “missão portuguesa” em diversos sectores eclesiásticos. Esta comunicação analisa a crise na Congregação do Espírito Santo, recuperando as posições divergentes daqueles que apelavam a uma mudança e daqueles contestaram a sua validade moral, histórica e social, o que contribuirá para uma compreensão mais alargada e diversificada do papel da Igreja Católica na fase final do colonialismo português.

Hugo Gonçalves Dores é investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC-UC). Doutorado em História pela Universidade de Lisboa, com a tese “Uma Missão para o império: política missionária e o ‘novo imperialismo’ (1885 - 1926)”. Tem trabalhado sobre relações Estado-Igreja e políticas educativas em contexto colonial no período contemporâneo. É membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

A IGREJA CATÓLICA E A DESCOLONIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: PARADIGMAS MISSIONÁRIOS E PROCESSOS POLÍTICOS

JOÃO MIGUEL ALMEIDA (IHC-NOVA FCSH; UCP-CEHR)

RESUMO

Após a Segunda Guerra Mundial, o paradigma missionário católico afirmado na Concordata de 1940 e no Acordo Missionário, que atribui à Igreja católica uma «utilidade imperial» e um sentido «civilizador» associados ao nacionalismo português cede o lugar ou entra em

conflito com novos paradigmas missionários baseados nas ideias de «desenvolvimento» ou de «libertação». A posição dos missionários católicos em Moçambique face ao colonialismo português tardio, à guerra colonial, ao nacionalismo português e africano, ao comunismo e ao processo de descolonização, como utopia e/ou realidade traumática, são analisados na perspetiva da evolução e conflito entre paradigmas missionários.

João Miguel Almeida é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-NOVA FCSH) e investigador associado do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR). Professor auxiliar convidado da Universidade Aberta. Doutorado em História na FCSH-UNL e nesse âmbito bolsheiro da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Mestre em História do século XX e licenciado em História pela FCSH-UNL.

**AS COMUNIDADES MUÇULMANAS ENTRE O FINAL DO ESTADO NOVO
E O PÓS-25 DE ABRIL DE 1974: A GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE**
CARIMO MOHOMED (UCP - CEHR)

RESUMO

Pretende-se com esta comunicação colocar o olhar sobre aspetos mais ou menos ignorados quando se fala da descolonização e das comunidades muçulmanas que viviam, sobretudo, na Guiné-Bissau e em Moçambique, chamando também a atenção para o que se passava na África Ocidental e Oriental, com o fim da presença colonial francesa e britânica. Ao invés do Cristianismo, que era a religião do poder colonial e, portanto, considerada como a única legítima, sobretudo na sua vertente Católica Romana, sendo os católicos e outros cristãos opositores ao Estado Novo considerados, quanto muito, como “dissidentes”, o Islão era visto como “subversivo” e “estrangeiro”, apesar de a presença muçulmana nesses territórios ser bastante anterior à chegada dos portugueses e fazer parte da identidade dos muçulmanos “negros”, sendo que alguns destes apoiavam a presença colonial.

Vistas no início com desconfiança, para não dizer hostilidade, e de maneira a poderem ser cooptadas durante a guerra, sobretudo em Moçambique, as comunidades muçulmanas foram alvo, por parte do

Estado português, de uma tentativa de organização análoga à das Igrejas cristãs, que têm estruturas políticas corporizadas e, portanto, porta-vozes que falam diretamente com o poder vigente. Assim, e em contraste com as igrejas cristãs, que se podiam dar ao luxo de expressar opiniões sobre o colonialismo português ou a guerra, a favor ou contra, pois continuavam a operar dentro do domínio central, as comunidades muçulmanas, organizadas como tal, estavam numa situação de encurralamento, em particular em Moçambique, onde também havia uma presença importante de pessoas de origem “indiana” que, por sua vez, estavam organizadas na Comunidade Islâmica e na Comunidade Ismaelita. Apesar de tentarem ser “bons cidadãos”, os “indianos” eram vistos como estrangeiros pelos portugueses - e por alguns setores da FRELIMO - e ainda estavam a sentir os efeitos da Independência, e Partição, da Índia/Paquistão em 1947 e da questão de Goa, Diu e Damão de 1961.

Carimo Mohamed nasceu em Lourenço Marques (Moçambique) em 1973, e vive e trabalha em Lisboa. Licenciou-se em História (1995); especializou-se em Ciências Documentais (Biblioteca e Documentação, 2004), e em Cultura, Civilização e Religião Islâmicas (2006); e doutorou-se em Teoria e Análise Política (2012). Membro de várias associações académicas e de corpos editoriais de diversas publicações científicas internacionais, tem como áreas de interesse e de investigação a História e o Pensamento Político Contemporâneos do Mundo Islâmico bem como as relações entre Religião e Política, e os impactos da Modernidade, em diversos contextos civilizacionais e culturais.

A PROBLEMÁTICA DA NOMEAÇÃO DE BISPOS AUTÓCTONES EM CONTEXTO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

JOÃO FRANCISCO PEREIRA (HTC - NOVA FCSH)

RESUMO

As questões relacionadas com o Ultramar português absorvem grande parte da atenção nas relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé nos anos 60 e 70. A documentação refere, por exemplo, as questões relacionadas com os missionários estrangeiros, a organização do espaço diocesano e a nomeação de bispos para esses territórios. É sobre este último ponto que esta comunicação vai incidir. Nas nossas pesquisas surgiu um tópico classificado como «Bispo Preto» onde nos apercebemos

da pressão da Santa Sé e da resistência do regime português a que se viesse a constituir nas suas províncias ultramarinas um corpo episcopal onde também estivessem bispos autóctones, ou seja, bispos negros. A documentação revela essa insistência da Cúria Romana que não encontra recetividade junto dos diplomatas portugueses que resistem a essa pressão e que relatam a sua perceção de que a Santa Sé não acreditava na posição portuguesa relativamente à sua política colonial.

João Francisco Pereira, desde 2020, doutorando em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR) e investigador integrado do Centro de Ecologia Funcional (CEF-UC) no polo da FCSH-UNL correspondente ao centro História, Territórios e Comunidades (HTC).

A FORMAÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CATÓLICA EM PORTUGAL E OS PONTIFICADOS DA DÉCADA DE 1960: LIDERANÇAS LOCAIS, INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
NUNO ESTÉVÃO FERREIRA (UCP-CEHR)

RESUMO

Pretende-se discutir a forma como as posições de João XXIII e Paulo VI sobre a descolonização foram trabalhadas pelos responsáveis de periódicos católicos portugueses com o intuito de influenciar os argumentos e as convicções dos seus leitores sobre um problema decisivo para o salazarismo. Será atribuída particular atenção ao tratamento editorial de matérias sensíveis num Estado europeu que, com instrumentos repressivos e de forte condicionamento da opinião pública, manteve guerras coloniais desde os inícios da década de 1960: a constituição de lideranças locais em África, a independência política e a cooperação internacional no quadro da ONU.

Nuno Estêvão Ferreira é doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Política, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Investigador integrado do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (UCP-CEHR), é atualmente membro do Conselho de Direção e coordena um dos programas colaborativos em curso, direcionado para a promoção do património documental: Rede de Arquivos de Instituições Religiosas.

DESCOLONIZAÇÕES E CONSCIÊNCIAS CÍVICAS E RELIGIOSAS NO TEMPO CONTEMPORÂNEO

ANTÓNIO MATOS FERREIRA (UCP-CEHR)

RESUMO

Esta comunicação tem dois objetivos. Em primeiro lugar, pretende sumariar as principais questões abordadas ao longo dos dois dias de Jornadas de Estudo, não como conclusões fechadas, mas integrar as perspetivas das intervenções realizadas no percurso de estudo e de reflexão no âmbito do projeto de investigação «25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições. Balanço historiográfico 50 anos depois: o que se conhece e o que não se sabe». Em segundo lugar, pretende apresentar aspetos de como a consciência anticolonial correspondeu a um complexo de amadurecimento diante de questões como a justiça social e a ilegitimidade de situações de dominação. Neste sentido, a perceção da exigência da descolonização, correspondendo a um esgotamento de relações de dominação entre povos e culturas, se tornou um posicionamento que de subversivo assumiu um posicionamento expressivo de outras vontades de ordem nacional e internacional. O anticolonialismo, enunciado como uma rejeição do colonialismo, passou a ser uma atitude positiva de transformação das sociedades, protagonizada por diversos tipos de indivíduos, de grupos e transportando distintas motivações. O anticolonialismo, de um comportamento de resistência e de luta contra situações consideradas injustas, tornou-se também um vasto campo cultural.

António Matos Ferreira nasceu em Lisboa em 1952. Diplôme d'Études Approfondies (D.E.A.) em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Sorbonne-Paris IV (Paris) e doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR). Foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e lecionou na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. É autor de diversos artigos e comunicações científicas na área da História Religiosa e do Cristianismo moderno e contemporâneo, com destaque para as problemáticas do movimento católico, da secularização e da laicidade. Tem colaborado em várias obras coletivas, como: *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*. (Coord. de J. M. Mayeur; Ch. E. L. Pietri; A. Vauchez; M. Venard. Paris: Desclée, 1990-1995); *História de Portugal: dos tempos pré históricos aos nossos dias*. (Dir. João Medina. Amadora: Ediclube, 1993); *História da Expansão Portuguesa*. (Coord. de Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998-1999); *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. (Coord. de António Barreto; Maria Filomena Mónica

(Porto: Editorial Figueirinhas, 1999-2000); *Dicionário da História de Portugal e História Religiosa de Portugal*. (Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002); coordenou a obra *Religião, Sociedade, Estado: 100 anos de Separação*, publicada em dois volumes em 2021 e disponível em acesso aberto. É coordenador do projeto de investigação “25 de Abril: permanências, ruturas e recomposições”, em curso no UCP-CEHR.



INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES
Centro de Estudos de História Religiosa
www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt
secretariado.cehr.ft@ucp.pt
Tel. (00351) 217214130



CATOLICA
CEHR - CENTRO DE ESTUDOS
DE HISTÓRIA RELIGIOSA

